

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Diniz Moreira, Fernando

URBANISMO E MODERNIDADE. REFLEXÕES EMTORNO DO PLANO AGACHE
PARA O RIO DE JANEIRO

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 9, núm. 2, noviembre, 2007, pp.
95-114

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951696006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

URBANISMO E MODERNIDADE

REFLEXÕES EM TORNO DO PLANO AGACHE PARA O RIO DE JANEIRO

FERNANDO DINIZ MOREIRA

R E S U M O *Enquanto o urbanismo na Europa nasceu no bojo de um processo de modernização e reforma social, no Brasil ele encontrou um país que não era verdadeiramente urbano e industrial. Portanto, teorias européias desenvolvidas em resposta à modernização chegaram ao Brasil antes que a modernização acontecesse. Pode-se argumentar que o urbanismo, assim como fábricas, redes de transportes e arranha-céus, assumiu uma natureza marcadamente simbólica. Este texto reflete sobre estes temas tomando como exemplo o plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro (1928-1930). Um marco na evolução do urbanismo brasileiro, esse plano tinha como objetivo resolver os problemas funcionais do Rio de Janeiro, dar-lhe uma feição de capital e incutir na mente de seus habitantes um ideal de vida moderna, sem descurar de requerimentos funcionais, como zoneamento e tráfego. Além de uma análise do processo de contratação de Agache e de seu relacionamento com as elites locais, a ênfase recairá sobre os grandes espaços urbanos projetados por Agache, a Entrada do Brasil e a Praça do Castello.*

P A L A V R A S - C H A V E *Urbanismo; Rio de Janeiro; Alfred Agache; Modernidade; Projeto Nacional.*

Enquanto o urbanismo na Europa nasceu no bojo de um processo de modernização e reforma social, no Brasil ele encontrou um país que não era verdadeiramente urbano e industrial. Portanto, teorias européias desenvolvidas em resposta à modernização chegaram ao Brasil antes que a modernização acontecesse. Este descompasso levanta uma série de questões. Se tomarmos como verdadeira a recorrente afirmação que a modernização brasileira é incompleta, já que as elites locais procuraram modernizar o país sem uma correlata transformação na estrutura social, pode-se argumentar que o urbanismo – assim como fábricas, redes de transportes e arranha-céus – assumiu uma natureza marcadamente simbólica. Não obstante, muitas dessas imagens constantes nos planos urbanísticos sugerem uma forma de comportamento para as futuras massas brasileiras e são reveladoras sobre as concepções que a sociedade brasileira detinha para seu futuro.

Este texto reflete sobre estes temas tomando como exemplo o plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro, elaborado entre 1928 e 1930, – publicado em português em 1930, e em francês, dois anos depois (Agache, 1930; 1932). O Plano Agache foi um marco na evolução do urbanismo brasileiro e um dos exemplos máximos do urbanismo defendido pela *Société Française des Urbanistes* (SFU). Seu objetivo era resolver os problemas funcionais do Rio de Janeiro, dar-lhe uma feição de capital e incutir na mente de seus habitantes um ideal social de vida moderna, sem descurar de requerimentos funcionais, como zoneamento e tráfego. Além de uma análise do processo de contratação de Agache e de seu relacionamento com as elites locais, a ênfase recairá sobre os grandes espaços urbanos projetados por Agache: a Entrada do Brasil e a Praça do Castello.

A FÉ TROPICAL NO URBANISMO: AGACHE E SEUS CLIENTES

O processo de contratação de Agache representou as aspirações de uma geração de urbanistas brasileiros, e revela muito sobre o processo de afirmação do Brasil. Alfred Agache (1875-1959) foi figura essencial deste movimento de institucionalização do urbanismo no mundo (Fig.1).¹ Diplomado pela École des Beaux-Arts de Paris em 1905, Agache fez parte de uma geração de arquitetos que, mesmo advinda da academia, estava atenta aos novos desafios urbanos e às formulações de outros campos disciplinares. Essa geração formada na primeira década do século XX incluía também Leon Jaussey e Henri Prost, entre outros. Sua visão urbanística, dominada por eixos, perspectivas, arcadas e conjuntos harmônicos de edifícios, foi capaz de amalgamar-se com outros saberes para criar uma nova disciplina.

Agache não se deteve nos parâmetros da escola e buscou desde cedo uma formação complementar em sociologia. Ele fez vários cursos de sociologia no College Libre de Sciences Sociales (CLSS) e participou ativamente das discussões do Musée Social. Foi um dos fundadores da Société Française des Urbanistes (SFU) em 1911, e secretário executivo desde a fundação até 1939, quando emigrou definitivamente para o Brasil. Fez diversos planos para cidades francesas e participou ativamente de congressos e publicações nos anos 1910 e 1920 com uma série de artigos. Esses artigos culminaram em um trabalho mais sistemático intitulado *Comment reconstruire nos cités détruites*, publicado em 1916, em conjunto com Jacques-Marcel Aubertin e Edouard Redont (Agache, Aubertin, Redont, 1916). O livro é a mais completa explanação do programa de urbanismo da SFU, e antecipa em detalhe um extenso programa de reconstrução de cidades francesas no período após a Primeira Guerra.



Figura 1 – Alfred Agache (1930). Fonte: Bruant, *L'architecte à l'école*, p.103.

A nova disciplina do urbanismo, como concebida pelos franceses, procurou formular uma outra forma de pensar as cidades, estabelecendo conhecimento, vocabulário e métodos de observação e análise diferentes, como o próprio Agache definiu em 1913:

¹ Para informações sobre a vida, formação e trabalhos de Agache, ver Bruant (1994a: 1678: 175-8); Bruant (1994b: 99-107); Bruant (1994c: 23-65); Tougeron (1981: 31-48); Underwood (1991: 133-40); Moreira (2004: 83-9).

(...) a nova ciência de construir e planejar a cidade. É uma ciência aplicada, pois tem um objetivo prático: controlar o desenvolvimento e o crescimento da cidade... Esta nova ciência agrupa conhecimentos de diferentes disciplinas. O urbanismo integra o conhecimento do técnico, do sociólogo, do engenheiro, do higienista em uma nova unidade. (Agache, 1914, Apud Bruant, 1994^a: 170)

Agache considerava o urbanismo uma combinação de ciência, arte e filosofia social. Essa nova ciência teria o papel de coordenar diferentes disciplinas e aplicá-las à cidade:

Urbanismo é uma ciência e uma arte, e sobretudo, uma filosofia social. Entende-se por Urbanismo o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade levados a efeito mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana, sem descurar as soluções financeiras. (Agache, 1930: 4)

O fato de a grande maioria dos urbanistas da SFU vir da Beaux-Arts não deve fazer com que este urbanismo seja simplesmente rotulado de Beaux-Arts. Se considerarmos o urbanismo como uma nova forma de pensar as cidades, originada de diferentes disciplinas no final do século XIX, podemos afirmar que a SFU representaria a incorporação da tradição arquitetônica a essa nova disciplina. Devido à sua formação em Beaux-Arts, os urbanistas franceses adotaram formas clássicas, expressas por meio de impressionantes perspectivas de cidades como composições unificadas. Nos seus planos, usaram elementos urbanos do passado, como arcadas, blocos maciços de edifícios, enquadramento de monumentos e vistas. Apesar de essas imagens sugerirem grandes diferenças em termos morfológicos em relação ao urbanismo que iria se firmar nos anos seguintes – aquele promovido pelos Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (CIAM) e pela Carta de Atenas –, deve-se ressaltar que o urbanismo da SFU lançou mão de uma série de instrumentos que procuravam atender aos requisitos de uma cidade moderna. Eles procuraram reconciliar morfologias tradicionais com as inovadoras redes de infra-estrutura e de tráfego; preocuparam-se com o provimento de habitação e áreas verdes; e adotaram instrumentos, como unidade de vizinhança, *zoning* e *greenbelts*. Além disso, como o urbanismo dos CIAM, eles acreditavam que a arquitetura ainda seria capaz de dar respostas aos problemas da cidade moderna.²

O pensamento urbanístico de Agache apoiava-se em um tripé que unia diferentes tradições: a tradição Beaux-Arts, elementos da sociologia e a influência de outros autores fundadores da disciplina urbanística, como Camilo Sitte, Raymond Unwin, Patrick Geddes e Daniel Burham.³ É este complexo e multifacetado pensamento urbanístico que será trazido ao Brasil, um país enredado no processo de reflexão sobre a sua própria identidade. Esse processo também envolveu posições conflitantes: se alguns procuravam construir a imagem do país como uma nação moderna, urbana e industrial, outros apontavam para as raízes agrárias e para a herança colonial. E todos esses campos eram marcados por um intenso nacionalismo.

No país, durante os anos 1920, teve início uma longa discussão sobre a cidade brasileira e sua transformação em uma metrópole moderna. Nesta década, emergiu uma geração de engenheiros especializados em urbanismo que incluía figuras como Ulhôa Cintra, Prestes Maia, Anhaia Mello, Armando de Godoy e José Estrelita. Esta geração trouzia novas idéias e novos instrumentos de urbanismo, atualizados em relação aos da Europa e

2 O urbanismo francês foi também chamado de *Art Urbain*, *Art Civique*, *Dessein Civique*, *Art Social*, ou *Urbanismo Formal* (por Gaston Bardet), ou *École Française d'Art Urbain* (Joseph Stübben, Henri Prost e Leon Jaussely utilizaram alternativamente estes termos). (Gaudin, 1991: 28; Tougeiron, 1981: 33). Stübben nomeou um capítulo de "*Französischen Stadtbeau*" em seu *Der Städtebau*; Gaston Bardet adotou o termo em *Nouvel Urbanisme* (Bardet, 1948).

3 Sobre as influências que Agache sofreu, ver Moreira (2004: 83-5, 122-31).

dos Estados Unidos. Os novos profissionais começaram a pressionar por leis de zoneamentos, códigos de construção, levantamentos, e a introduzir novos temas na agenda urbana, como custos financeiros, áreas verdes e habitação. Eles procuraram inculcar na sociedade a necessidade de planos urbanos feitos com base técnica e científica.

No final da década havia uma grande demanda por planos, e o urbanismo havia ganhado certa legitimidade perante as elites políticas. Se um consenso sobre o plano do Rio havia sido alcançado, ainda assim havia um ponto de discordia: a nacionalidade do urbanista a ser contratado. Argumentos a favor de um estrangeiro incluíam a superior capacidade técnica e o fato de estar acima de interesses paroquiais, mas os clamores nacionalistas tinham muito impacto e se questionava se um estrangeiro poderia criar uma cidade legitimamente brasileira, além de compreender e enaltecer a paisagem do Rio de Janeiro. Arquitetos em busca da afirmação da profissão foram, em sua maioria, contrários à escolha de um estrangeiro, pois isto poderia revelar a incapacidade desta classe de confeccionar o plano. No entanto, quando se começou a cogitar que o escolhido seria um arquiteto, alguns desses profissionais passaram a apoiar a vinda de um arquiteto-urbanista estrangeiro, o que poderia vir a contribuir para a afirmação da profissão no campo do urbanismo (Moreira, 2004: 58-64).

Tratava-se de um período complexo em que muitos temas se entrecruzavam: engenheiros e arquitetos disputando um mercado; um novo campo disciplinar emergindo entre essas duas profissões; e uma discussão mais complexa sobre a identidade da sociedade brasileira que ganhava corpo. O que estava em questão era muito mais que a figura de Agache e a necessidade ou não de um plano. O debate criado em torno da contratação de Agache oferece importantes pistas sobre a recepção do urbanismo pela elite ilustrada do país.

Quando o novo prefeito, Prado Junior, assumiu seu posto no início de 1927, a idéia do plano já estava consolidada. Prado Junior apoiava a vinda de um estrangeiro, e iniciou contatos que culminaram na contratação de Alfred Agache em junho de 1927.⁴ A contratação de Agache foi celebrada e tida como um marco de uma nova era para o Rio de Janeiro (Albuquerque Filho, 1959: 38). Armando de Godoy lembrou o poder dessa nova ciência, o urbanismo, e os efeitos positivos que a vinda de Agache teria, sobretudo para o aprendizado dos profissionais locais (Godoy, 1935: 45, 47, 323).

Porque estava Agache interessado em visitar o Brasil e nele trabalhar? Além do esforço propagandístico da Société Française des Urbanistes e da falta de trabalho na França, o Rio de Janeiro, uma das maiores cidades do continente americano, era um espaço privilegiado para que pudesse mostrar seu urbanismo. Além disso, o plano do Rio poderia ser uma oportunidade para conseguir o contrato para a construção da futura capital do Brasil, que já se discutia naquele momento.

Por que Agache foi o escolhido pelos brasileiros? O que Agache representou para essa elite política e profissional? Além do prestígio alcançado por seus planos para Cambera e Dunquerque, Agache tinha familiaridade com diferentes tendências do urbanismo. Sua proeminência nos meios profissionais parisienses conferiu-lhe a autoridade para representar uma síntese do urbanismo francês. Tudo isso ajudou a criar um certo consenso entre os brasileiros que prestigiavam a cultura parisiense. Pode-se argumentar ainda que Agache, dando ênfase aos aspectos técnicos e artísticos da cidade moderna, apelou para as aspirações tanto dos engenheiros como dos arquitetos brasileiros. Ele convenceu estes profissionais de que era capaz de pensar a cidade em termos técnicos, funcionais e artísticos. Além disso, uma figura estrangeira estaria acima das querelas políticas locais.

⁴ Uma figura crucial para a contratação de Agache foi Francisco Guimarães, um diplomata brasileiro residente em Paris. Simpatizante do urbanismo, Guimarães já fazia campanha por um plano para o Rio de Janeiro desde 1919, e estava em contato com figuras como Jacques Gréber, Tony Garnier e Agache (Guimarães, 1929: 5, 6; Guimarães, 1926: 4, 5). Sobre esse processo de contratação, ver Moreira (2004: 58-64).

A formação sociológica de Agache também impressionou aqueles membros da elite propensos à reforma social. Acreditamos que a posição de Agache como um arquiteto de Beaux-Arts não foi um ponto importante. Essa discussão transcendeu elementos formais ou filiações estéticas. Acreditamos que as elites profissionais locais estavam mais interessadas em um método, uma nova forma de pensar as cidades, e isso era particularmente atraente para o corpo técnico da municipalidade. Agache atraiu audiência não apenas por seu estilo, mas por sua habilidade de repensar as cidades existentes. Sua abordagem Beaux-Arts, entretanto, atraiu o suporte dos membros da elite política, que persistiam na busca de imagens parisienses, como nas décadas anteriores.

O PLANO AGACHE: CIRCULAÇÃO E ZONEAMENTO

O Plano de Agache é composto de três partes. A primeira empreende um exaustivo e amplo estudo da situação da cidade; a segunda parte é o plano propriamente dito; enquanto a terceira, “Os grandes problemas sanitários”, aborda a questão do abastecimento de água, esgotamento sanitário e inundações.

A primeira parte, “Os componentes antropogeográficos e a análise geral da situação urbana”, é subdivida em duas seções. Enquanto a primeira é uma árida descrição da evolução histórica do Rio de Janeiro, a segunda é um estudo geográfico que sintetiza as particularidades do sítio e os aspectos econômicos e sociais da cidade. Agache entendeu o espírito da cidade, o complexo mosaico formado por porções de terra, montanhas, lagoas, florestas e mar, mas, ao contrário de Le Corbusier, que foi emocionalmente tocado pelo sítio, Agache capturou sua essência mediante uma investigação cuidadosa e metódica. O estudo estatístico envolveu aspectos econômicos e demográficos e foi influenciado pelas pesquisas do Musée Social. Agache separou as partes da cidade em unidades funcionais e sintetizou sua evolução através dos séculos, revelando os movimentos de pessoas e de mercadorias entre a cidade e a região. Em suma, ele confirmou o papel do Rio de Janeiro como uma metrópole regional, industrial e comercial.

Na segunda parte, “Rio de Janeiro Maior”, Agache apresentou seu plano. Após enfatizar as duas funções essenciais do Rio de Janeiro, sua função político-administrativa e sua função econômica, o urbanista francês definiu que os problemas eram de ordem funcional e representacional. Por um lado, o tráfego congestionado, o transporte público insuficiente, os edifícios altos em ruas estreitas e a falta de infra-estrutura atestavam que a cidade não estava funcionando adequadamente (Agache, 1930: 121-57). Por outro lado, por não possuir aparência de capital de um novo e pujante país, o Rio mostrava que tinha problemas de representação: faltava-lhe aquilo que Vitruvius e Alberti chamaram de “decorum”. De acordo com Agache, o Rio de Janeiro precisava urgentemente de uma imagem adequada de capital:

Eis aqui a capital de um país que tem 40 milhões de habitantes e cujo Senado está instalado em um antigo pavilhão de exposição. A Câmara dos Deputados, edificada entre duas pequenas ruas, apesar da sua construção recente, apresenta-se já insuficiente. Afara o Ministério das Relações Exteriores e o dos Correios, instalados em antigos palácios preparados para este fim, os outros ministérios ocupam locais poucos apropriados e sem conforto e, para as paradas militares ou demonstrações patrióticas, a cidade não possui uma praça de honra nem avenidas espaçosas e convenientemente traçadas. (Agache, 1930: 122)

Após afirmar que a cidade não estava correspondendo adequadamente a essas funções, Agache tratou de esboçar o esqueleto de seu plano. Seu objetivo principal era “assegurar a existência dos elementos funcionais e alocá-los adequadamente na cidade” e “estabelecer uma rede de ruas para prover uma ligação rápida entre estes elementos”. (Agache, 1930: 120) Nessa estratégia, os dois principais pontos nos quais Agache focou sua atenção foram circulação e zoneamento.

O futuro do Rio de Janeiro, diante de sua difícil topografia, dependeria de um bom esquema de circulação que facilitasse a comunicação entre os diferentes bairros. A cidade do futuro deveria possibilitar o movimento e a comunicação de todas suas partes com o uso de diversos meios de transporte; deveria estar ela própria em movimento. Assim, Agache propôs um sistema de vias expressas, rótulas e cruzamentos, de modo a tornar a cidade mais fluida (Fig.2). Esse esquema radial-perimetral era claramente influenciado pelas idéias de Eugène Henárd para Paris, além de ter sido originário da própria vivência de Agache na Paris pós-Haussmann.⁵ O Rio de Janeiro deveria ser o ponto nodal de uma rede nacional de comunicação – incluindo rodovias, ferrovias e sistemas telefônicos (Agache, 1930: 120). Assim, as grandes rodovias nacionais e regionais deveriam penetrar no coração da cidade na forma de duas grandes avenidas, a Paulista e a Petropolitana, que se cruzariam na denominada Praça da Bandeira. Uma avenida periférica, provavelmente influenciada pelo plano de Barcelona de Léon Jausselly, de 1905, facilitaria a comunicação entre as áreas periféricas e o centro.

5 Referindo-se a sua *Nouvelle Croisée*, Henard afirmou que “leur fonction et leur utilité est de s’élancer au delà de l’enceinte vers la province et de faciliter l’échange des produits et des forces vives du pays” (Henard, 1982: 168). Ver também p. 161-74.

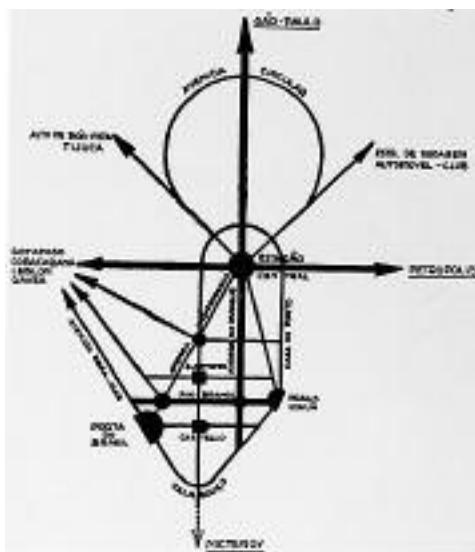


Figura 2 – Plano Agache, Esquema de circulação. Fonte: Agache, *Cidade*, p. 137.

O zoneamento foi o outro ponto básico do projeto. Segundo Agache, a vida urbana gravitaria em torno de alguns “elementos funcionais” que seriam os organismos primordiais da cidade. Esses elementos foram agrupados em sete categorias: o posto de comando (o centro legislativo e administrativo); os bairros de negócios e o distrito portuário; os distritos comerciais; os distritos da produção (distrito industrial e as áreas de agricultura); os bairros residenciais; o distrito universitário; e as áreas de recreação (parques, espaços livres, museus, teatros e cinemas). Cada um desses elementos tinha um papel específico na cidade. Assim, era preciso identificá-los na malha, analisá-los e alocá-los da melhor forma na cidade, estabelecendo relações corretas entre eles (Agache, 1930:157-9). A cidade se-

ria, assim, funcional e formalmente dividida para posteriormente ser reconectada por um sistema coerente de circulação.

As principais questões que guiaram Agache foram como estabelecer o tamanho adequado de um bairro e como localizá-lo na malha urbana? Agache fixou densidades, regulamentos de construção, tipos e morfologia de habitação para cada distrito, definindo sua forma, imagem e posição dentro da malha da cidade e assegurando um grau de hierarquia entre eles. Essa conjugação entre morfologia urbana, zoneamento e tipologia arquitetônica irá definir a forma do bairro, das ruas, ou seja, sua fisionomia. A legislação do *zoning* é que deveria diferenciar os bairros: “(...) ela tem por fim evitar que os bairros, que satisfazem a determinadas necessidades, sejam invadidos por construções que mudariam completamente seu caráter.” (Agache, 1930: 219). Quanto à concepção desses bairros, Agache estava preocupado com a uniformidade do conjunto.

Percebe-se, então, que a noção agachiana de *zoning* é bem mais complexa do que um simples conjunto de regras que cria mecanicamente a cidade. Ela tem como finalidade moldar plasticamente a forma da cidade, ou seja, associar as funções e elementos da cidade com a estética e a forma urbana. Assim, o urbanismo é também a arte de composição, que faz com que os bairros tenham sua fisionomia própria, que sejam diferentes uns dos outros e combinem entre si para criar uma imagem harmônica e coerente de cidade. A cidade seria definida por uma disposição diferenciada de malhas contínuas, alternância de cheios e vazios, quadras em blocos, edifícios, arruamentos e praças (Fig.3). O ato de planejar a cidade é um ato efetivamente arquitetônico.



Figura 3 – Plano Agache: vista aérea do centro. Fonte: Agache, *Cidade*, p. 137.

A abordagem de Agache para a área central baseava-se em sua formação na École des Beaux-Arts. Para ele, a cidade deveria ter uma *échelle des types*, uma graduação de tipos e alturas, que resultariam em uma silhueta mais densa e alta no centro, e uma mais rarefeita e baixa nos subúrbios. No seu plano, o centro da cidade ocuparia a principal posição nessa hierarquia, sediando os edifícios mais importantes. Os edifícios altos contribuiriam para criar esta imagem coerente de cidade.

O esquema de Agache para a área central do Rio de Janeiro teria um formato aproximadamente triangular. A base do triângulo, a Avenida Rio Branco, e o eixo inclinado, a Avenida Mem de Sá, já existiam como fruto dos trabalhos de Pereira Passos. Agache propôs o terceiro lado do triângulo, o eixo vertical, que seria um super *boulevard* (a futura Avenida Presidente Vargas) conectando a Praça da Bandeira com o porto e cruzando a área mais densa do centro. A Igreja da Candelária já aparecia intacta no meio da avenida. O urbanista francês também propôs uma nova avenida, a Santos Dumont, que seria uma segunda base do triângulo, criando a imagem de dois triângulos superpostos, além de outras avenidas para completar seu esquema.

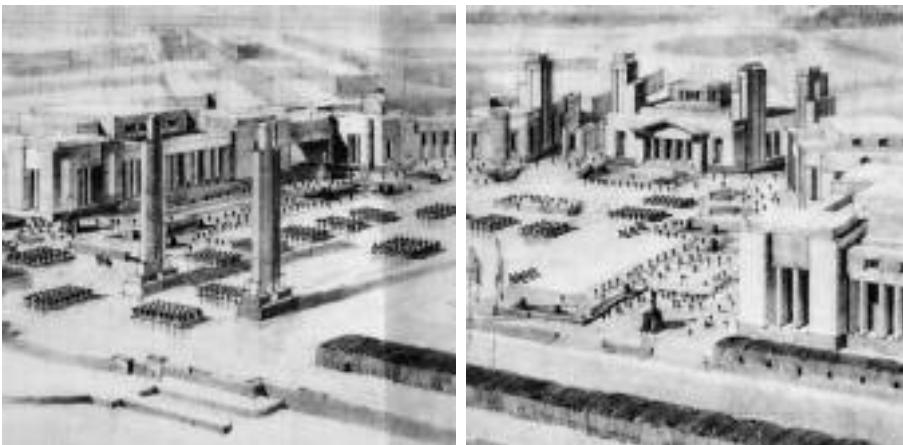
Seis praças concentrariam as principais atividades na área central: Entrada do Brasil, Castello, Paris, Bandeira, Santo Antônio e Candelária. Essas praças estariam locadas nos vértices desses triângulos e atuariam como importantes núcleos de recepção e irradiação do tráfego, e se expressava nas formas escolhidas – geralmente uma *étoile*. Apenas as duas primeiras receberam um tratamento detalhado por Agache. Pode-se argumentar que a ênfase dada por Agache aos elementos simbólicos do plano fez com que ele se concentrasse na Entrada do Brasil e na Praça do Castello, as praças que simbolizariam os poderes do novo Estado e da pujante vida econômica.

A ENTRADA DO BRASIL: “DECORUM” PARA TODA A NAÇÃO

As preocupações de Agache em relação ao conteúdo simbólico do plano e à necessidade de se reafirmar a condição de capital do Rio de Janeiro foram claramente materializadas no projeto para a Entrada do Brasil, uma vasta praça à beira-mar cercada por edifícios públicos. Agache procurou criar um espaço monumental para as paradas cívicas e comemorações que afirmasse o poder da nação (Fig.4-5) (Agache, 1930: 161).

Para criar essa praça, Agache propôs um grande aterro retificando a costa, cujo material viria da prevista demolição do Morro de Santo Antônio. A praça tinha um formato semi-octogonal de aproximadamente 250 por 350 metros e abrigaria os edifícios mais representativos do país, os quais deveriam ser avistados de longe da baía. O edifício central, um enorme auditório público e centro de convenções, teria uma forma similar à do Panthéon, com duas torres geométricas de cada lado da fachada principal. Ao lado do auditório estava o Senado à direita, e a Assembléia Nacional à esquerda. Os volumes da Assembléia e do Senado eram ofuscados por enormes fachadas de templos clássicos. Marginalando a baía estavam o Palácio de Belas Artes, no lado direito, e o Palácio do Comércio e da Indústria, no lado esquerdo. Apesar de seus diferentes usos, esses edifícios apresentavam formas similares, já que eram, sobretudo, destinados a completar a composição. A influência do Plano do Centro Cívico de Chicago de Daniel Burnham é muito evidente e pode ser vista em muitos pontos do conjunto (Burnham, Bennett, 1993: 109, 120-2; Hall, 1996: 177-83).

O caráter austero, o classicismo despido, a ausência de detalhes enfatizavam a força e o poder do regime. Os últimos andares desses edifícios – cujo gabarito atingia cerca de dez andares – formavam um grande e pesado coroamento pontuado por pequenas, mas profundas aberturas, que unificava os volumes. Pares de colunas colossais sem capitéis suportavam esse coroamento e criavam um jogo dramático de claro e escuro, na medida em que as fachadas se encontravam recuadas nas sombras. A repetição e a uniformidade des-



Figuras 4 e 5 – Plano Agache, Entrada do Brasil (detalhe). Fonte: Agache, *Cidade*, pp. 210 e 211.

ses edifícios e de seus motivos arquitetônicos contribuíam para gerar unidade na praça. Os edifícios não possuíam nenhuma individualidade, e todos os seus detalhes estavam subordinados à lógica da praça. As plantas dos edifícios eram acadêmicas e também estavam subordinadas às formas ditadas pela praça, na medida em que as fachadas eram claramente adicionadas aos edifícios, sem se adequar à sua lógica interna.

A superfície da praça era elevada um metro e meio do resto do conjunto. Nessa plataforma há regimentos compactos de soldados executando uma coreografia que parece estar relacionada com os elementos arquitetônicos. O conjunto possui uma forte teatralidade e uma formalidade que contrastariam com as agitadas ruas comerciais próximas. O motivo para uma vasta praça em frente ao mar, cercada por edifícios uniformes, tem seus antecedentes na cultura luso-brasileira, como atestam a famosa Praça do Comércio em Lisboa e o Largo do Paço no Rio de Janeiro, ambos do século XVIII.

De acordo com Agache, essa entrada monumental seria um espaço de recepção para pessoas importantes que chegassem ao Brasil, um majestoso espaço para mostrar a importância dessa nova nação: “Nesse lugar, serão feitas paradas; autoridades irão receber eminentes personalidades chegando pelo mar, por navio ou por aeroplano” (Agache, 1930: 161). Essa “atrativa e imponente fachada marítima” iria simbolizar os valores e as qualidades a serem admirados, como equilíbrio, harmonia, moral e organização.⁶ Havia uma crença de que a criação de conjuntos urbanísticos poderia subordinar os indivíduos ao poder nacional, ao interesse geral de uma sociedade moderna e organizada. O papel do urbanista seria o de ajudar a concretizar essa imagem, criar um vocabulário para expressar essa ordem e fazer esses valores aparentes. Como os seus compatriotas da época pós-revolucionária, Agache firmemente acreditava que espaços e edifícios públicos ajudariam a moldar uma vida cívica e um novo tipo de cidadão.

As fachadas austeras e o marchar disciplinado dos soldados, entretanto, parecem antecipar eventos trágicos: o autoritarismo que iria se abater sobre a Europa, e também sobre o Brasil alguns anos mais tarde. Agache e seus colegas da SFU, entretanto, não tinham inclinações totalitárias. De acordo com David Underwood, os conjuntos monumentais de Agache refletem seus interesses pela sociologia, particularmente as teorias de Durkheim (Underwood, 1991: 151). Durkheim enfatizava a disciplina e o patriotismo como valores

⁶ “A mais bella cidade do mundo: O que será o Rio de amanhã”, *O Paiz*, 11 Novembro 1928, p.3.

essenciais para a formação de uma consciência coletiva. Ordem militar, moralidade e solidariedade social formavam a base para a criação de cidadãos e massas disciplinadas. Ao elevar a praça, Agache criou uma plataforma, um palco que representaria um corpo de doutrina social para a formação do Brasil moderno. Essa praça, que Agache eventualmente chamava de “posto de commando”, seria para que os brasileiros voltassem seus olhares e se instruissem sobre a modernidade, o lugar que serviria de exemplo para todo o país. Ali os brasileiros não poderiam fazer carnavais, batuques ou festas populares e espontâneas. Os novos ideais de urbanidade e civilidade viriam do exterior – conforme a forma da praça sugere –, e a partir daí, seriam transmitidos para o restante do país. Curiosamente, a praça, na medida em que se voltaria para o mar em busca de novas idéias e costumes, daria as costas às massas que viviam nos morros. Como na remodelação da administração de Passos, essa praça iria funcionar como uma vitrine para mostrar aos estrangeiros que o Brasil era uma nação organizada e moderna. Dessa praça, duas avenidas diagonais partiam: uma em direção à Praça do Castello e outra em direção à Praça da Bandeira. As mesmas características majestosas estavam presentes nos Jardins do Calabouço (Agache, 1930: 162, 208).

A PRAÇA DO CASTELLO E A HARMONIA DOS ARRANHA-CÉUS

Segundo o plano de Agache, a Praça do Castello iria ocupar o vazio deixado pelo arrosoamento do Morro do Castelo e seria cortada por três avenidas, uma delas proveniente da Entrada do Brasil, a Avenida Santos Dumont, resultando em um conjunto de formato hexagonal. Cada um dos seis quarteirões seria ocupado por um enorme edifício apresentando galerias no nível da rua e pátios internos (Fig.6-7). Desses seis edifícios se elevariam dezesseis torres de cem metros para abrigar as sedes de corporações, escritórios de órgãos públicos e de grandes jornais, hotéis e lojas luxuosas que mostrariam o poder dessas novas forças econômicas do Brasil moderno. Agache enfatizou a necessidade de agrupar esses edifícios para ressaltar o poder dessas novas forças:

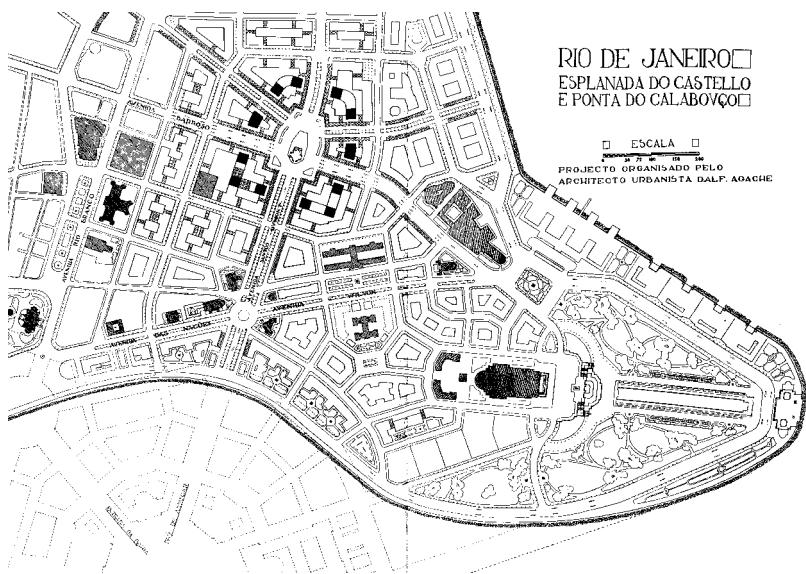
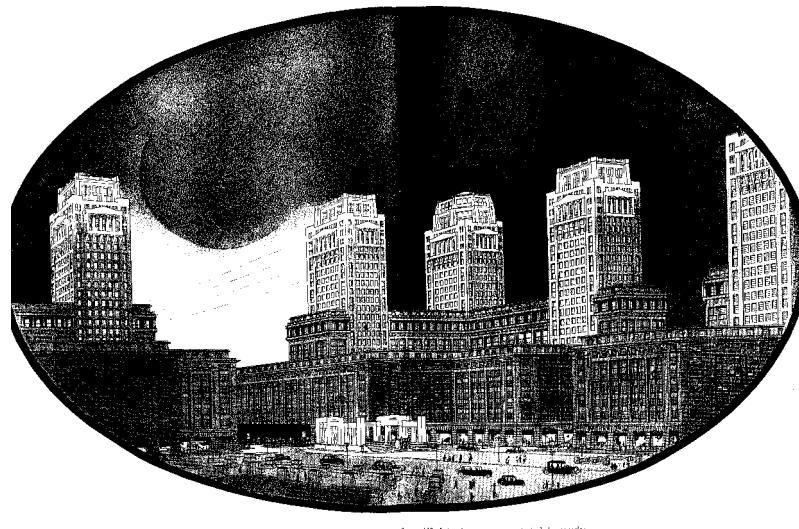


Figura 6 – Plano Agache, Praça do Castello (plano). Fonte: Agache, *Cidade*, pp. 168 e 169.



Perspectiva da praça do Castello idealizada pelo professor Alfred Agache como centro principal das exposições

Figura 7 – Plano Agache, Praça do Castello (plano). Fonte: Agache, *Cidade*, pp. 168 e 169.

Em vez de permitir que estes elementos característicos de nossa vida moderna se dispersem aos quatro ventos e percam toda a expressão simbólica, não se poderia, pela reunião (...) em um conjunto orgânico de edifícios e espaços livres, chegar à criação de grandes centros monumentais, compostos (...), para exprimir os ideais econômicos e sociais da comunidade de nossa época? (Agache, 1930: 129)

Se, na cidade medieval, a catedral era a suprema expressão da alma de uma comunidade, marcando sua silhueta e concentrando suas aspirações artísticas e religiosas, aqui, os novos conjuntos de edifícios expressariam as novas forças da era moderna. Para um arquiteto como Agache, preocupado não apenas com os aspectos funcionais de uma cidade mas também com os formais, a solução para o problema artístico da cidade residia na construção de conjuntos arquitetônicos que melhor representassem as aspirações de uma sociedade moderna. Agache promoveu o agrupamento de edifícios como uma forma de criar um cenário:

[Os edifícios], se forem bem estudados, permitindo entrarem no quadro do conjunto, contribuirão para a formação do decoro geral; a sua aparência, o seu bloco, os fundos de perspectiva serão outros tantos elementos que contribuirão ao embelezamento do organismo urbano e à expressão do gênio cívico. Portanto, é indispensável que o urbanista ocupe-se não apenas da disposição dos edifícios em plano, mas imagine igualmente o seu volume. (Agache, 1930: 121)

Em outubro de 1928, respondendo a uma enquete de *O Paiz* sobre a adequação de arranha-céus na paisagem do Rio, Agache afirmou:

Eu não sou um inimigo dos arranha-céus, se [...] ele for bem construído e colocado judiciosa e competente. A melhor prova está na nova planta que levantei para os terrenos do Castello, onde reservei lugar para um certo numero delles. Estes estão refletidamente dispostos de maneira a produzir um conjunto decorativo.⁷

⁷ “A Remodelação do Rio...”, p.1; “A mais bella cidade”, p.1.

Para o urbanista francês, a organização de grandes complexos arquitetônicos era a chave para se conseguir uma cidade perfeita. Na sua visão, os menores detalhes de um edifício deveriam estar submetidos ao todo, da mesma forma como os indivíduos deveriam estar submetidos ao todo, ao interesse geral da sociedade, como no ideal durkheimiano. Como a Entrada do Brasil, a Praça do Castello deveria transformar massas de indisciplinados e preguiçosos em trabalhadores ativos, disciplinados e eficientes (Agache, 1930, p.121).

Apesar de a construção da Praça do Castello e da Entrada do Brasil não implicarem grandes demolições do tecido histórico, visto que o Morro do Castelo já se encontrava arrasado e a área para a Entrada do Brasil seria conseguida por meio de aterro, o plano implicaria grandes destruições no tecido urbano da área central, particularmente no setor bancário. Agache propôs ruas para pedestres e edifícios de doze andares ocupando o limite dos lotes e deixando pátios internos livres. Essas massas edificadas seriam o fruto da incorporação dos lotes antigos em unidades maiores em comum acordo com os antigos proprietários e os novos empreendedores, e seguiriam os modernos padrões pensados para a Praça do Castello, com lojas e arcadas no nível da rua e áreas de estacionamento no subsolo. Esses padrões provaram ser muito influentes para a remodelação das cidades brasileiras durante o Estado Novo, notadamente Recife e Porto Alegre.

Apesar de a atenção de Agache estar voltada para o centro da cidade, ele propôs a criação de um distrito industrial, parques e áreas residenciais. Redesenhou completamente a costa norte, aterrando mangues, canalizando riachos e retificando a costa para criar uma moderna zona industrial junto à área portuária, com todas as facilidades modernas: docas, maquinaria, estaleiros, armazéns. (Agache, 1930: 180-4). Os espaços livres também fizeram parte da estratégia de Agache, já que para ele a vida moderna era uma vida ao ar livre (Agache, 1930: 129). O urbanista francês propôs um sistema de parques espalhados pelos vales da cidade, conectados por vias-parque (*parkways*) que os tornaria acessíveis de qualquer parte da cidade. Em relação aos bairros residenciais, Agache optou por uma expansão tentacular e comedida pelos vales, deixando várias áreas livres dentro dos limites da mancha urbana. Propôs diferentes tipos de bairros residenciais compostos por vilas isoladas, edifícios de porte médio e alto. Não se pode dizer que a habitação estava entre as prioridades de Agache para o Rio de Janeiro, já que existiam poucas indicações precisas sobre a forma e a construção desses novos bairros.⁸

AGACHE E AS DISPUTAS LOCAIS

O clima positivo da recepção de Agache não durou muito. Após se estabelecer na cidade no início de 1928, Agache começou a enfrentar resistências. A prefeitura não procurou atrair profissionais que contribuissem para a discussão das diretrizes do plano.⁹ Por diversas vezes, a Câmara atrasou o pagamento dos honorários de Agache argumentando falta de resultados.

Quando Agache apresentou as primeiras idéias do plano em novembro de 1928, foi prontamente acusado de plágio pelos brasileiros José Cortez e Angelo Bruhns, dando origem a um desgastante debate que se prolongou por alguns meses nos jornais locais.¹⁰ De fato, a proposta de Agache era bastante similar à de Bruhns e Cortez, mas pode-se argumentar que essas soluções pertenciam ao vocabulário comum do urbanismo ligado a Beaux-Arts.¹¹ Esta acusação de plágio fez renascer um certo nacionalismo e um novo

8 Exceto pelo projeto do Leblon e pelas descrições sumárias de que edifícios altos estariam dispostos ao longo das principais avenidas em direção aos subúrbios e que as vilas para as elites estariam nos aprazíveis vales da Zona Sul, não havia qualquer indicação sobre a localização desses bairros na estrutura urbana.

9 "A remodelação da cidade...", p.3.

10 "A mais bella cidade", p.3. Essa reportagem mostra já as principais linhas do plano. Cortez acusou Agache de ter copiado em sua Entrada do Brasil uma solução feita por ele e Bruhns em 1921 para a mesma região. Este projeto, publicado em *Der Städtebau* em 1928, mostra uma solução similar de três grandes *boulevards* convergindo para uma praça aberta rente ao mar (Cortez, 1928: 101-3). Sobre o debate, ver: "O plágio no urbanismo do Sr. Agache", "Como se defende o Sr. Agache..."; "A Porta do Brasil...". Sou grato a Margareth Silva Pereira por gentilmente me conceder cópias desse material.

11 Agache, que definia a si próprio como um catalisador procurando integrar muitas propostas em um todo, alegou que encontrou uma solução similar, e que acusá-lo de ter cometido plágio seria como acusar um médico por ter prescrito o mesmo remédio, sendo que a diferença está na dosagem recomendada. No prefácio da versão francesa do seu plano, ele listou todos os trabalhos consultados. "Como se defende", p.1.

debate sobre a capacidade de Agache de levar o plano a termo, assim como ao aumento de críticas em relação aos altos custos do plano e da falta de resultados concretos.¹² O debate também envolveu questões políticas, já que atacar Agache era um forma de criticar a municipalidade. Muitas vezes, o próprio prefeito teve de defender Agache (Stuckenbruck, 1996: 103).¹³

Apesar de a maioria dessas críticas terem sido motivadas por disputas profissionais ou por contendas políticas, elas também se dirigiram ao plano em si e aos aspectos culturais da empreitada como um todo. Como já citado por Margareth Pereira, o engenheiro Costa Moreira criticou o plano de Agache em termos técnicos e financeiros, particularmente a Entrada do Brasil e os muitos túneis propostos. Ele também criticou os desenhos de Agache à *vol d'oiseau* e sua incapacidade de apreender a complexa natureza do Rio e de integrar os aspectos de uma cultura americana. Segundo Costa Moreira, Agache sentia-se “tão deslocado e até certo ponto acaçapado diante de nossa topografia e esplendente natureza, sendo-lhe necessário de quando em vez ir até Paris, para ouvir os mestres de lá...”¹⁴ Argumentando que existia uma “diferença fundamental entre a cidade européia e a cidade americana”, um jornalista local criticou Agache pela sua inflexível abordagem europeia da realidade local:

*Não é seguindo o modelo das famosas cidades de velhas civilizações que nós vamos construir uma cidade que represente nosso espírito americano.... Não podemos esquecer que os padrões de valores a que teremos de submeter o ritmo do nosso progresso não os encontraremos na Europa, mas na exuberância dinâmica da vida norte-americana. New York e Chicago, com os seus arranha-céus ciclópicos, encerram inspirações mais adequadas às necessidades do espírito do Brasil novo do que as elegantes e delicadas linhas da arquitetura parisiense.*¹⁵

Além da falta de incorporação dos temas locais no plano, essas críticas encerram preocupações culturais mais amplas em relação ao projeto de modernidade que estava sendo implantado. Segundo Pereira, para muitos, os urbanistas de São Paulo estariam certos ao observarem os exemplos das cidades norte-americanas, liberando-se desta camisa-de-força e propondo soluções mais realistas para seus problemas. Provavelmente tocado por essas críticas, Agache viajou aos Estados Unidos para observar ele próprio a verticalização das cidades norte-americanas e a possível existência de um urbanismo apropriado ao continente americano (Pereira, 1996: 1197; Pereira, 2002: 103).

O ano de 1929 foi ainda mais difícil para Agache, já que as provocações e os ataques continuavam e ele era constantemente chamado para mostrar seu trabalho.¹⁶ Alguns reclamavam que só tinham conhecimento do plano por meio de artigos publicados na França.¹⁷ Em outubro, o prefeito pediu fundos ao Conselho Municipal para pagar os honorários, o que foi aprovado após relutantes questionamentos. Em agosto de 1930, Agache apresentou uma maquete de seu plano, de novo duramente criticada, e foi acusado de ser pitoresco e de não levar em conta as reais potencialidades e problemas da cidade. Logo após, ele deixou o Brasil. Em outubro, ocorre a reviravolta política provocada pela ascensão de Vargas. No fim daquele mês, ele enviou de Paris o plano final.

Agache sofreu com uma ferrenha oposição e com a falta de recursos. Desde o início, seu plano não criou um consenso. Ele também não teve habilidade para entender a complexidade da sociedade brasileira. Além das rivalidades profissionais e políticas, teve de enfrentar uma sociedade em um processo de afirmação, que não era mais uma passiva receptora de imagens e idéias importadas.

12 “As declarações do Sr. Agache”, p.1.

13 “A remodelação da cidade”, p.3. Ver também a crítica do ex-prefeito Carlos Sampaio (Sampaio, 1929: 30, 54).

14 *Revista do Clube de Engenharia*, n.32, 1930. Citado por Pereira, (1996: 1197). Na sua crítica, Costa Moreira provou a impossibilidade do aterro da Entrada do Brasil e condenou a extensão do Canal do Mangue, futura Avenida Presidente Vargas.

15 “A americanização...”, p.1, 7, citado por Pereira (1996: 1196).

16 Após a ampla reportagem de novembro de 1928, Agache tornou públicas suas idéias para a área em 1929. “O Rio de Janeiro futuro”, p.1; “O Plano Agache...”, p.1; “O que será a Avenida da Independência”, p.1.

17 “A americanização do Rio”, p.1. Ver os artigos dos assistentes de Agache publicados na França (De Gröer, 1929; Palanchon, 1929). Ver também Silva (1996: 406).

UMA CIDADE EFICIENTE E BELA

Os elementos clássicos, tão proeminentes no Plano Agache, obscurecem o complexo processo pelo qual o plano foi feito. O plano incorporou uma gama variada de tópicos, desde o planejamento regional até detalhes arquitetônicos, incluindo também, transportes, zoneamento, planejamento, desenho urbano e códigos de construção. O plano era tão abrangente que, quando publicado em francês dois anos depois, Agache retirou do título a menção ao Rio de Janeiro, certamente como uma tentativa de conferir universalidade às suas idéias (Agache, 1932).¹⁸

O legado do Plano Agache pode ser encontrado em sua metodologia e em suas formas. Por um lado, ele proveu os urbanistas brasileiros com um método de abordagem de planejamento de cidades e uma nova maneira de administrá-las. O Plano Agache foi usado por décadas como um trabalho de referência para o Rio de Janeiro. Agache aproximou-se do Rio como um cientista, dissecando a estrutura da cidade por meio de um amplo e metódico estudo. Por outro lado, a imagem dos maciços edifícios ocupando todo o lote com galerias no nível da rua provaram ser motivos influentes para as outras cidades brasileiras.

A crença na habilidade do arquiteto, no poder da tecnologia, e a busca de ideais utópicos estavam fortemente presentes na obra de Agache no Rio. Agache acreditava que a arquitetura poderia dar forma à cidade. Apesar da inclusão de um arcabouço sociológico em sua formação, Agache nunca deixou de ser um arquiteto, e ele firmemente acreditava que o seu ofício poderia transformar a vida urbana. A abordagem Beaux-Arts, com sua coerência e seus eixos, organiza os aspectos formais do plano. Segundo Agache, a beleza de uma cidade poderia ser conseguida por meio da construção de conjuntos de edifícios classicizantes. Como legítimo representante da tradição clássica francesa, Agache empregou monumentais composições arquitetônicas para definir espaços urbanos e criar a cidade moderna. Desenho urbano e arquitetura estavam unificados em uma estável e coerente imagem de cidade, livre de contradições e desordem. Além disso, procurou trazer unidade e coerência para a cidade.

Agache enfatizava a tridimensionalidade dos volumes, massas contínuas, texturas, perspectivas, uma concepção de cidade enraizada no século XIX. Essa abordagem levou a alguns problemas no plano. Procurando adaptar as formas de seu vocabulário classicista às condições locais, Agache tentou, na maioria das vezes sem sucesso, comprimir suas formas ordenadas, geométricas e clássicas na topografia irregular, mostrando uma falta de sensibilidade ao sítio, aos padrões urbanos locais. Procurava domar a natureza teimosa do Rio de Janeiro e dar forma àquilo que seria amórfico e incivilizado. Ao insistir em uma composição unificada para a cidade, Agache não admitiu a adaptação e a flexibilidade requeridas por qualquer estrutura urbana.

A tecnologia foi também um elemento essencial na definição da forma da cidade. Agache insere o Rio de Janeiro em uma extensa rede de comunicação. Um sistema de circulação motorizada estruturou o plano, apesar de nos parecer que a excessiva concentração do tráfego criada pelas muitas *étoiles* ou rótulas iria trazer muitos problemas para a cidade. No entanto, é necessário lembrar que esse elemento tecnológico é trabalhado de forma a se inserir na sua visão arquitetônica. A transformação da rua em uma via de trânsito rápido para veículos motorizados preocupou não apenas os urbanistas, mas também muitos intelectuais dedicados ao estudo das cidades. Agache procurou manter a rua como um elemento da experiência urbana. Pode-se afirmar que ele procurou resolver o con-

18 Várias partes do Plano Agache foram publicadas na *Revisão da Directoria de Engenharia*, entre 1933 e 1934.

flito existente entre a mobilidade e a permanência. Para conseguir espaços estáveis, vivos e de qualidade na cidade moderna, era preciso prover um senso de permanência dado por um tecido urbano contínuo, ao mesmo tempo assegurando uma rápida mobilidade. Ele também procurava trazer fluxo de pessoas, automóveis e trens para a cidade. Essa abordagem levou a uma intricada combinação de fluxos e paradas. O fluxo deve ser detido em alguns pontos em que há vistas. Os edifícios são entendidos como simples massas sem detalhes e são definidos apenas no diálogo com os outros. Foram pensados também para ser vistos em movimento de um automóvel, avião ou navio.

O plano de Agache também expressa um longo conflito entre a dimensão artística e cultural (beleza, permanência, representação) e as forças modernas (desenvolvimento, modernização, tecnologia), tão agudo no início do século. Em uma metrópole emergente como o Rio, Agache se esforçou para conciliar sua visão artística e arquitetônica com as necessidades práticas e técnicas da sociedade moderna, procurando manter unidos dois mundos que estavam se distanciando. Como afirmou na entrevista citada anteriormente, ele não era contra arranha-céus, esses majestosos símbolos das forças modernas, desde que estivessem integrados em conjuntos harmônicos. As forças da modernidade precisavam ser domesticadas. Ele procurava conciliar o mundo tecnológico e racional com a sua visão artística e pessoal de arquiteto que desejava comunicar-se com sua cultura, valores e experiência histórica. Como Otto Wagner em Viena, Agache insistia em mostrar que o planejamento do mundo moderno ainda poderia ser tarefa do arquiteto (Moravánszky, 1993: 201).

O urbanismo de Agache, assim como o de seu colega Le Corbusier, tinha uma intensa dimensão utópica. Como apontou Françoise Choay, o gênero utópico foi, junto com cultura tratadística, o elemento mais importante na formação do urbanismo moderno (Choay, 1997: 202-12, 243-7). Apesar de estarem harmonicamente inter-relacionadas as partes da cidade, o plano do Rio de Janeiro revela-se irreal frente à realidade concreta. Não há como vislumbrar as formas de implementação dessa utopia. Agache acreditava que poderia resolver problemas sociais complexos simplesmente identificando, propondo soluções e impondo-as por meio de códigos. Quando sugeriu que os segmentos sociais mais pobres, que moravam nas favelas, poderiam se mudar para as cidades-jardim que ele propunha na periferia, não compreendeu as peculiaridades de uma sociedade com brutais desigualdades sociais. Agache procurou criar espaços para as massas de cidadãos, mas as massas ainda não existiam no Brasil: ainda tinham de ser criadas. Se o urbanismo emergiu na Europa no bojo de um conjunto de reformas sociais, no Brasil ele chegou antes da própria sociedade moderna.

Essa crença tripartite no papel da arquitetura, da tecnologia e da utopia na definição da cidade pode ser encontrada na obra de Tony Garnier, que como Hénard, foi um substrato comum para Le Corbusier, Agache e seus colegas da SFU. Apesar de ocupar uma posição periférica no grupo da SFU, a *Cité Industrielle* de Garnier consegue provar que esses três elementos estavam presentes na gênese do urbanismo francês do início do século XX.

Agache veio de um determinado contexto cultural e profissional, com suas próprias idéias, convenções e práticas, e teve de negociar com um contexto local. Aquele delicado compromisso entre elementos europeus e árabes promovido por Henri Prost no Marrocos não foi conseguido no Brasil. Agache procurou criar uma versão de Paris nos trópicos (Fig.8). Apesar de os edifícios da Praça do Castello serem reflexos dos arranha-céus norte-americanos, que Agache visitou durante sua estada no Brasil, eles foram filtrados pelas



Figura 8 – Plano Agache, Esplanada do Castello (perspectiva). Fonte: Agache, *Cidade*, p. 177.

lentes parisienses do arquiteto. Nas suas perspectivas, até mesmo o intenso céu azul do Rio se tornou cinzento como o céu do norte da França. É difícil imaginar a irreverência e a informalidade brasileira nesses espaços. Mas ele não pode ser culpado por isso, já que seus clientes brasileiros, querendo esquecer as diferenças entre o Rio de Janeiro e Paris, também não encorajaram tal compromisso. Esta visão européia de vida urbana civilizada atraiu aqueles setores da elite brasileira que aspiravam uma ambiência européia.

* * *

Logo após a partida de Agache, o Brasil entrou em uma era de grandes transformações políticas e sociais. Se a década de 1920 assistiu a introdução e a discussão do urbanismo no Brasil, a década de 1930 iria criar um ambiente mais propício à concretização dessas idéias: as principais municipalidades incorporavam urbanistas, e uma rede mais diversa e extensa de instituições passava a promover a causa. O programa do Estado Novo, baseado na industrialização, nas reformas sociais e na forte participação estatal na vida pública, aguçou as expectativas entre os urbanistas. O urbanismo foi visto como uma parte inerente desse projeto, já que a criação de um novo homem brasileiro passava também pela construção de uma nova cidade.

Durante os anos 1930 e 1940, o país sediou um amplo debate urbanístico, com um impressionante número de publicações e planos. O plano do Rio e as idéias de Agache foram bastante influentes neste debate. Uma nova geração de especialistas passou a atuar a partir do início da década de 1930. Esta geração incluiu os assistentes de Agache no seu plano, como Arnaldo Gladosch e Affonso Eduardo Reidy, ou jovens arquitetos provavelmente incentivados a seguir carreira em urbanismo pelo contato com Agache no Rio, co-

mo Atílio Corrêa Lima e Nestor de Figueiredo. Com a exceção de Reidy, que após o contato com Le Corbusier enveredou por outros caminhos urbanísticos, estes profissionais levaram idéias de Agache para outras cidades onde trabalhariam. Figueiredo e Gladosch tiveram participação fundamental na transformação dos centros de cidades como Recife e Porto Alegre (Moreira, 2004). As novas avenidas fazem claras referências a padrões construtivos adotados por Agache no Bairro do Castelo.

Com a Revolução de 1930 e a consequente deposição do Prefeito Prado Junior, o futuro do Plano Agache tornou-se incerto. O novo prefeito, Adolfo Bergamini, criou uma comissão para decidir sobre o plano, que aprovou a maior parte das propostas de Agache, incluindo aquelas para o sistema viário e para o Bairro do Castelo (Godoy, 1935: 325-8; Reis, 1977: 101-2; Albuquerque Filho, 1959: 41).¹⁹ No entanto, Bergamini ficou apenas um ano no poder, e o novo Prefeito, Pedro Ernesto, que não tinha urbanismo como prioridade, arquivou o plano em 1934.²⁰

O destino do plano apenas mudou em novembro de 1937, quando Vargas conduziu Henrique Dodsworth ao cargo de prefeito. Dodsworth empreendeu uma completa reorganização administrativa e restabeleceu a Comissão do Plano da Cidade, que tinha como objetivo “elaborar uma plano geral para a cidade, estudar os códigos de zoneamento (...) sincronizar todos as obras públicas em torno de um objetivo claro, organizando um plano de longo termo”.²¹ O coração desta Comissão era o Serviço Técnico, uma agência operacional dotada de liberdade e agilidade, chefiada por Edison Passos.

O Serviço Técnico ficou responsável por colocar em prática o Plano de Extensão e Transformação da Cidade, e seguiu os direcionamentos de Agache, embora seu nome não fosse mais citado. O plano consistia na construção de avenidas e túneis para facilitar a comunicação na complicada topografia do Rio de Janeiro. Na área central, Dodsworth e Passos procuraram adaptar as soluções de Agache à nova realidade do Rio de Janeiro do final dos anos 1930, particularmente após a construção do Aeroporto Santos Dumont – que comprometia o esquema viário proposto por Agache – e o aumento do número de automóveis na cidade.²²

A proposta consistia em criar um esquema triangular de avenidas ao redor do centro, não muito distante do que Agache tinha proposto anos antes.²³ Na área central, dois grandes espaços mereceram mais atenção: a construção da Avenida Presidente Vargas, um amplo *boulevard* que conectaria o centro do Rio à Zona Norte e que envolveu uma extensa demolição do antigo traçado colonial e a conclusão do bairro do Castelo, cuja construção arrastava-se desde o início dos anos 1930. Os padrões urbanísticos utilizados nessas operações foram claramente derivados do Plano Agache.

As cidades são uma arena na qual as intenções e as aspirações de seus habitantes, projetistas, elites culturais e políticas se encontram (Olsen, 1986: 9). Longe de ser uma prática isolada e imparcial, o urbanismo envolve a interseção entre estética, política, tecnologia, sociedade e conhecimento científico. O urbanismo incorpora as visões que as sociedades têm em relação ao seu futuro e consegue conciliar intrincadas visões de mundo. O Plano Agache é um documento complexo que revela os valores e as concepções de uma sociedade. O estudo do processo da contratação de Agache, do seu relacionamento com as elites profissionais da época, e a análise dos espaços por ele produzidos revelam as tensões existentes entre o nacional e o estrangeiro, as lutas dos campos profissionais e as contradições do processo de modernização brasileiro. Os brasileiros acreditavam que um belo plano urbanístico poderia lhes trazer um passaporte para a modernidade, sem que tivessem que recorrer ao árduo processo de modernização social. Como já havia notado o

¹⁹ Godoy, Armando de, “A urbs e seus problemas” (Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943, p. 325-8); Reis, José de Oliveira, *O Rio e seus prefeitos* (Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977, p.101-2); Albuquerque Filho, Luiz, “A obra do urbanista Agache: sua atuação no Brasil” (*Revista do Club de Engenharia*, 276, agosto de 1959, p. 41).

²⁰ Reis, 1977, p. 91, 106; Silva, Lúcia. “O Rio de Janeiro e a reforma urbana da gestão de Dodsworth (1937-1945)”, *Anais do V Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: ANPUR, 1993, p. 46.

²¹ “Comissão do Plano da Cidade, Decreto n. 6022 de 8 Novembro de 1937”, *Revista Municipal de Engenharia*, janeiro de 1938, p. 22.

²² “Atividades e realizações da Secretaria Geral de Viação, Trabalhos e Obras Públicas, 1937-1939”, *Revista Municipal de Engenharia*, julho de 1939, p. 385; “Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro”, *Revista Municipal de Engenharia*, julho de 1941, p. 224.

²³ O programa da Prefeitura incluía ainda importantes avenidas que conectavam as zonas Sul e Norte por meio de túneis. “Plano Diretor”, *Revista Municipal de Engenharia*, julho de 1943, p.

Fernando Diniz Moreira é professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). E-mail: fmoreira@hotlink.com.br

Artigo recebido em dezembro de 2007 e aprovado para publicação em outubro de 2008.

crítico uruguai Angel Rama, na América Latina, a qualidade do urbanismo, como um grande condensador de aspirações sociais, foi ainda mais enaltecida:

As cidades, antes de serem concretizadas, existiam como representações simbólicas, por meio de discursos, imagens, desenhos, perspectivas e blueprints, que expressavam um desejo e um sonho: aquele de transformar a cidade real em uma cidade ideal (Rama, 1996: 29).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGACHE, D. A. *Cidade do Rio de Janeiro*: remodelação, extensão e embellezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930.
- _____. La grande ville, la ville future. *Documents du progress*. Julho, p.157-65, 1914.
- _____. *La remodelation d'une capitale*: aménagement, extension, embellissement. Paris: Société Cooperative d'Architects, 1932.
- _____. ; AUBURTIN, J-M.; REDONT, E. *Comment reconstruire nos cités détruites; notions d'urbanisme s'appliquant aux villes, bourgs et villages*. Paris: A. Colin, 1916.
- ALBUQUERQUE FILHO, L.R. A obra do urbanista Agache: sua atuação no Brasil. *Rivista do Club de Engenharia*, 276, p.37-59, Agosto de 1959.
- “A americanização do Rio de Janeiro”, *O Paiz*, 20 de Janeiro de 1929.
- BARDET, G. *Nouvel Urbanisme*. Paris: Vincet Fréal, 1948.
- BRUANT, C. Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada. *Cidade, povo, nação*: gênese do urbanismo moderno. (ed.) Luiz Cesar Ribeiro, Robert Pechman, p.167-202. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994a.
- _____. Un architecte à l'école d'energie: Donat Alfred Agache, du voyage à l'engagement colonial. *Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée*, n.73-74, p.99-115, 1994b.
- _____. Donat-Alfred Agache: l'architecte et le sociologue. *Les Études Sociales*, Paris, 122, p. 23-65, 1994c.
- BURNHAM, D.; BENNETT, E. *Plan of Chicago*. New York: Princeton Architectural Press, 1993.
- CHOAY, F. *The Rule and the Model*: On the Theory of Architecture and Urbanism. Cambridge: The MIT Press, 1997.
- CORTEZ, J. Umgestaltung der Stadt Rio de Janeiro. *Der Städtebau* XXIII, p.101-3, January, 1928.
- “Como se defende o Sr. Agache da acusação de plagiário. A traição dos arquivos”. *O Paiz*, 2 de dezembro de 1928.
- DE GRÖER, E. La circulation et les transports à Rio de Janeiro. *Le Maître d'Oeuvre*, 4, 33, p.41-8, 1929.
- “As declarações do Sr. Agache sobre o plano geral da remodelação da cidade”. *O Paiz*, 7 Novembro, 1928:1.
- GAUDIN, J.P. *Dessins de villes, “art urbain” et urbanisme*. Paris: L'Harmattan, 1991.
- GODOY, A. de. A urbs e seus problemas. Rio de Janeiro: *Jornal do Commercio*, 1943.
- GUIMARÃES, F. L'urbanisme au Brésil. *Le Maître d'Oeuvre*, 4, 33, p.5-6, 1929.
- _____. O remodelamento do Rio de Janeiro. *Notícias Rotárias*, 3, 49, p.4-5, 1926.

- HALL, P. *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of City Planning in the Twentieth Century*. 2nd edition. Oxford/London: Blackwell, 1996.
- HENÁRD, E. *Études sur les Transformations de Paris (1903-1909)*. Paris: L'Equerre, Paris, 1982.
- “A mais bella cidade do mundo: O que será o Rio de amanhã”. *O Paiz*, 11 de novembro de 1928.
- MORAVÁNSZKY, Á. The Aesthetic of the Mask: the Critical Reception of Wagner's *Moderne Architektur* and Architectural Theory in Central Europe” in *Otto Wagner: Reflections on the Raiment of Modernity*. (Ed.) Harry Mallgrave. Santa Monica: Getty Center, 1993.
- MOREIRA, F. *Shaping Cities, Building a Nation: Alfred Agache and the Dream of Modern Urbanism in Brazil, 1920-1950*. Ph.D. Diss., Philadelphia: University of Pennsylvania, 2004.
- OLSEN, D. *The City as a Work of Art*: London, Paris and Vienna. New Haven: Yale University Press, 1986.
- PALANCHON, W. Une conquête de l'effort humain. *Le Maître d'Oeuvre*, 4, 33, p.13-40, 1929.
- PEREIRA, M. O Pan-Americanismo e seu impacto na institucionalização do urbanismo no Brasil (1920-1950). *IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. (Ed.) Denise Machado. Rio de Janeiro: PROURB, 1996.
- _____. The time of the capitals: Rio de Janeiro and São Paulo: words, actors, and plans. *Planning Latin America's Capital Cities*, Arturo Almundo Ed. London: Routledge, 2002.
- “O plágio no urbanismo do Sr. Agache”. *Revista da Semana*, 24 de novembro de 1928.
- “O plano Agache para o arruamento da área do Castello”. *Correio da Manhã*, 28 de julho de 1929.
- “A Porta do Brasil: Réplica dos Srs Cortez & Bruhns. Tréplica do Prof. Agache”. *O Paiz*, 9 de dezembro de 1928.
- “O que será a Avenida da Independência do Plano Agache”. *Correio da Manhã*, 28 de julho de 1929.
- RAMA, A. *The Lettered City*. Durham: University of Virginia Press, 1996.
- REIS, J. de O. *O Rio e seus prefeitos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.
- “A Remodelação do Rio: O que o Sr. Agache disse ao Paiz: uma sensacional entrevista sobre os arranha-céus”. *O Paiz*, 9 de outubro de 1928.
- “A remodelação da cidade: Carta do Prefeito ao Presidente do Rotary Club”. *O Paiz*, 26 de fevereiro de 1928.
- “O Rio de Janeiro futuro: O Plano Agache para o arruamento da área do Castello”. *Correio da Manhã*, 28 de julho de 1929.
- SAMPAIO, C. *Idéias e impressões*. Paris: Imprimérie Puyfourcat Fils et Cie, 1929.
- SILVA, L.H. A trajetória de Alfred Agache no Brasil. *Cidade, povo e nação: Origens do urbanismo moderno no Brasil*. (Ed.) Luiz Cesar Ribeiro, Robert Pechman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- STUCKENBRUCK, D. *O Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: FASE/IPPUR, 1996.
- TOUGERON, J.C. Donat-Alfred Agache, un architecte urbaniste: un artiste, un scientifique, un philosophe. *Cahiers de la Recherche Architecturale*, Paris, VIII, p.31-48, 1981.

UNDERWOOD, D. Alfred Agache, French Sociology, and Modern Urbanism in France and Brazil. *Journal of the Society of Architectural Historians*, 50, n.2, p.130-66, June, 1991.

A B S T R A C T *Urbanism was born in the midst of a social modernization context in Europe, but in Brazil it found a country which was neither urban nor industrial. Therefore, European theories that were developed in response to modernization began arriving in Brazil even before the country's actual political and social modernization. We can argue that urbanism? as well as factories, networks of transportation and skyscrapers – acquired a patently symbolic nature. This paper reflects on these topics taking into consideration Alfred Agache's plan for Rio de Janeiro (1928-1930), a hallmark in the evolution of Brazilian urbanism. Its objective was to solve the city's functional problems, to provide it with an expression of a capital, and to inculcate Rio's inhabitants with an ideal of modern life, while still considering functional requirements, such as zoning and traffic. In addition to the analysis of the commissioning of Agache and his relationship with local elites, I will emphasize the great urban spaces designed by him, the Gateway of Brazil and the Castello Square.*

K E Y W O R D S *Urbanism; Rio de Janeiro; Alfred Agache; Modernity; Nation-Building.*